
CIDADES LOCAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA/MG: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Bianca Simoneli De Oliveira

Bolsista IC/PIBIC/CNPq/ Instituto de Geografia/ UFU

Beatriz Ribeiro Soares

Profa. Dra. do Instituto de Geografia/UFU

ABSTRACT - *The growth of the interlinked urban net to the development of a new period, characterized by the technique, science and information, in the after -70, it came to disarrange the national urban space starting from new relationships economical, social, politics and space of those centers, appearing before this, new ruled concepts in those elements that assist the dynamics of the local cities.*

Key Words: local cities, technique-science-information, fixed, flows

INTRODUÇÃO

A íntima relação que temos, na atualidade, com a informação e a tecnologia, presentes em nosso cotidiano, seja no transporte, no supermercado, no banco ou mesmo na sala de estar, nos revela os crescentes sinais da revolução técnico-científico-informacional, em nossa sociedade. Essa temática tem sido muito abordado por Milton Santos em várias de suas obras (1985, 1997).

É interessante observar que é no urbano, que os efeitos novos e diversos parecem incidir mais fortemente, uma vez que aglutinam as pessoas, infra-estrutura, bens e atividades.

Toda essa modernização que o espaço sofre também pode ser observada no campo, sobretudo, a partir da 2ª Guerra Mundial.

Verifica-se a ocorrência de um intenso processo de urbanização no mundo atual, com um crescimento urbano acelerado bem como a dispersão das cidades de todos os tamanhos e tipos. Esse fenômeno implica no aparecimento de grandes concentrações urbanas e conseqüentemente, esvaziamento das áreas rurais e pequenos centros.

Estes últimos, a exemplo dos aglomerados urbanos maiores, redefinem-se em novas formas, ganham novas funcionalidades e

conteúdo (pessoas, bens, equipamentos modernos), ou seja, urbanizam-se.

No caso das pequenas cidades, ou seja, as aglomerações de menor tamanho no âmbito de uma hierarquia urbana, as mudanças são evidentes. A circulação e o transporte modernos levam a produção primária direto aos centros médios e grandes e sendo assim, cria-se uma interligação campo-cidade, de modo que a pequena cidade incorpora essas novas técnicas e serviços primordiais, em função das tecnologias desenvolvidas no campo.

As pequenas cidades na atualidade também são servidas de serviços públicos, comércio e serviços, capital, informações, transporte, entre outros, que vão atender as exigências locais e de seu entorno (o campo, agora modernizado, e as vilas). São essas pequenas cidades, denominadas “cidades locais” por SANTOS, M. (1979b) o que nos leva ao interesse da pesquisa.

O número de cidades locais cresceu rapidamente a partir da década de 70, passando a ter um importante papel na rede urbana brasileira; isso vem ocorrendo diante do advento da modernização e tecnificação da agricultura junto ao período técnico-científico-informacional. Diante disso, as cidades locais passam a se especializarem

para atender a determinados tipos de produção que encontram-se desenvolvidas no seu entorno rural. Esta dinâmica rural constitui, sobretudo, na criação de estoques de novos meios de consumos, insumos, crédito agrícola e mão-de-obra, e, portanto agem como centros de transportes e comunicações.

Diante das transformações da rede urbana atual, buscaremos compreender o conceito e a importância dessas cidades locais na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG), identificadas por um tamanho populacional entre 2.000 a 20.000 habitantes. Nesse estudo, consideraremos a importância do período técnico-científico-informacional para a difusão e desenvolvimento dessas cidades.

No intuito de melhor compreendermos o sentido conceitual dos pequenos centros, e melhor identificarmos essas pequenas cidades na mesorregião em estudo, utilizamos uma bibliografia diversa sobre o assunto abordado, bem como de intensa pesquisa via internet, a fim de obtermos informações para elaboração de um banco de dados sobre as cidades analisadas.

Indicadores do Meio técnico-científico-informacional

O espaço, considerado por SANTOS (1985:11), “a geografização de um conjunto de variáveis

de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada”, nos faz compreender na fase atual, o significado de sua utilização pelo capitalismo, tendo em vista o auxílio da ciência, da técnica (a qual já possui uma importância histórica), e mais recentemente, da informação. Esses fatores são responsáveis pelas transformações nos espaços da produção e do consumo, e que vão, cada vez mais, sendo utilizados na cidade e no campo.

Tais transformações vem ocorrendo desde o final século XVIII junto a um processo de urbanização que foi se desenvolvendo lentamente; e sendo assim, foi necessário mais um século para que a mesma atingisse índices expressivos e o território viesse a se mecanizar, substituindo o meio natural. Porém, foi no século XX, que a urbanização passou a adquirir as características atuais, modernizadas, baseadas na técnica e informação.

Diante das aceleradas transformações no meio geográfico, esse momento diferencia-se no contexto do capitalismo, pois tomou novas formas e conteúdos no processo de reprodução e consumo, e sendo assim, um período distinto dos demais, denominado por Milton Santos (1985) de período-científico-informacional.

Esse novo período tecnológico da história, inicia-se no fim da Segunda Guerra Mundial

nos países do Primeiro Mundo e expande-se para o “Terceiro Mundo” a partir de 1960. Tal período é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território, e que para SANTOS (1993), são essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. Do mesmo modo, a informação, em todas as suas formas, é o motor principal do processo de transformação do território, o qual é equipado para facilitar a circulação dessa informação.

Como consequência do meio técnico-científico, aparecem mudanças importantes no espaço geográfico, que, de um lado, altera a composição técnica do território pelos aportes maciços de investimentos em infra-estruturas, e, de outro, há uma mudança na composição orgânica do território, devido à novas áreas do saber, como a biotecnologia, a cibernética e a eletrônica, entre outros.

Esse espaço geográfico, agora em constante “mutação tecnológica, científica e informacional” que transforma e redefine cada vez mais o meio natural e o próprio homem no seu conjunto social, é denominado por SANTOS (1997), de tecnoesfera e psicoesfera, e que, funcionando de modo unitário, formam o meio técnico-científico-informacional.

SANTOS (1997:32) esclarece que a tecnoesfera consiste no resultado da crescente artificialização do meio-ambiente, onde a esfera natural é substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. Quanto a psicoesfera, ela “(...) é o resultado das crenças, desejos e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunicação com Universo.”

A expansão do consumo de educação, saúde, e lazer, é singular ao consumo de eletrodomésticos, viagens, idéias, informações; consumo de novas experiências, esperança, que ampliam cada vez mais o fenômeno da urbanização. Essas inovações de consumo estão sendo incorporadas à ciência, tecnologia e informação.

Forma, função, estrutura e processo no contexto técnico-científico-informacional

Com a expansão do chamado capital técnico-científico, ocorre uma “expulsão” de um grande número de residentes tradicionais das cidades e à chegada de mão-de-obra de outras áreas. Nesse contexto, SANTOS (1985) afirma que as mudanças à nível espacial, econômico, cultural e político podem ser analisadas do ponto de vista da circulação, distribuição e consumo, podendo-se adotar outra série de categorias como análise: forma, função, estrutura e processo.

SANTOS (1985), esclarece que a forma é o aspecto visível de uma determinada coisa; correspondente a um objeto ou a um arranjo ordenado de objetos, embora estejam governados no presente. As formas contém também um pouco do passado, além de possuir uma significação social; porém, nada impede de ela assumir outros papéis em momentos históricos diferentes.

A função, por sua vez, sugere uma tarefa “esperada” de uma forma, pessoa, instituição ou coisas. A relação entre forma e função é direta, porém ela não pode estar dissociada de um terceiro elemento de significativa importância na organização do espaço, que é a estrutura.

Este elemento implica na inter-relação das diversas partes que compõem o todo social, o modo de organização ou construção; examinar função e forma, sem a estrutura, é estar diante de uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante.

Quanto ao processo, este caracteriza-se como uma ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado qualquer; por isso, envolve conceito de tempo, continuidade e mudança, tornando-se uma prioridade entre formas, função e estrutura. Tais elementos se interagem e combinam dialeticamente, para produzir o espaço, portanto, o estudo isolado de

cada um desses conceitos podem nos levar à uma falsa realidade parcial, limitadas do mundo.

As rápidas transformações do período tecnológico, interagindo constantemente no espaço, levam alguns elementos a ceder lugar completa ou parcialmente, a outros mais modernos; todavia, há elementos que resistem à modernização, e se transformam em rugosidades (SANTOS, M., 1989), ou seja, elementos de diferentes períodos coexistindo no mesmo espaço ou tempo.

Tais elementos, que podemos considerar como “o moderno” ou “o antigo”, se interagem conjuntamente no espaço, e são eles que indicam o grau de transformações urbanas, no caso das aglomerações, e agrícolas, no caso do campo; configurando assim, indícios do meio técnico-científico-informacional.

Meio técnico-científico-informacional e transformações no espaço geográfico

Com o uso da técnica, no período atual, os lugares e as pessoas tornam-se mundiais, globalizam; e quanto ao espaço, destaca SANTOS (1997), este adapta-se ao novo momento histórico.

Criam-se espaços inteligentes na cidade inteligente; esta, agora em vias de

informatização e de reestruturação de cada parte de sua totalidade através da técnica e ciência. Esses espaços inteligentes, sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e de rápidas transformações na cidade.

Tal contexto opõe-se a maior parte das aglomerações lentas, onde há maior presença de rugosidades e onde os fluxos (informações, energia, capital, transporte, comunicação) possuem pouca intensidade e orientação. Esses espaços, adaptados com infra-estrutura incompleta ou herdada do passado, aparecem como áreas de resistência.

A própria característica do período técnico-científico-informacional, com os novos canais de informação, meios modernos de transporte e crescente modernização da economia, representa-se como elemento de dispersão; através dele, criou-se uma grande tendência à urbanização do interior, surgindo assim diversas cidades, tanto espontâneas como as cidades nascidas em uma intersecção dos caminhos ou intencionais, como é o caso das cidades administrativas. (SANTOS, 1985).

As transformações que os lugares e pessoas vem sofrendo frente à intensificação do período tecnológico levam o espaço geográfico a reordenar-se e modernizar-se rapidamente, e, conseguindo transformar o global em local, e o

local em global, através dos fluxos de mercadorias, consumos, transporte e informações.

Sendo assim, surgem novas necessidades e funções, junto à sociedade, à economia, à política, à cultura, às relações sociais e à paisagem, que se submetem à novas mudanças, mesmo que essas, ocorram em diferentes níveis e diferentes tempos, porém sempre vinculadas umas às outras.

Exatamente essa diferença temporal e espacial é que cria áreas de “resistência” frente às tendências e transformações da técnica, da ciência e da informação, visualizadas, principalmente nas pequenas cidades dos países em desenvolvimento.

Essa “resistência” às atividades tidas como modernas, geram um misto de atividades tradicionais (primárias) que subsistem ao lado de um setor moderno (bancos, transportadoras, atacadistas) e sendo assim, está intimamente ligada aos circuitos de produção e consumo urbano, denominados por SANTOS, (1979b) de circuitos superior e inferior.

A inserção da cidade local na rede urbana contemporânea

O conceito de cidade local foi utilizado por Milton Santos na década de 70 e vem sendo

discutido e repensado desde então, por outros autores como CORRÊA, R. L., SANTOS, W. (1989), entre outros.

Em sua obra de 1979, SANTOS, M., cria uma hierarquia urbana, propondo a seguinte classificação: cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. Uma formação com tendência piramidal, em que todas as cidades de mesmo nível recorreriam às cidades de nível superiores, em busca de bens e serviços que não tivessem condições de produzir; ou seja, o autor considerou que a capacidade de organização do espaço dependeria de seu nível funcional.

Todavia, essa hierarquia classificatória para a rede urbana, teve de ser repensada, principalmente após a influência do período tecnológico, visto que o significado da mesma variável altera no decurso do tempo.

Vimos que a rede urbana sofreu o impacto da globalização e que cada centro, por menor que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção, e, como aponta CORRÊA, (1999), produzindo, distribuindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais e também por intermédio da rede financeira articulada globalmente.

O que se verifica na atualidade, é que cada centro, independente de seu tamanho populacional, consegue manter relações econômicas, políticas, sociais, com outros centros, sem ter que necessariamente seguir uma ordem piramidal.

A dispersão da informação, tecnologia e ciência pela rede urbana e área rural (transformada em áreas agrícolas), contribui totalmente para esse novo contexto histórico que assistimos e contribuimos com nossas ações.

Através da globalização da economia, das informações, ou melhor, da nova sociedade e dos lugares, ocorreram expressivos impactos sobre o urbano: de um lado, a criação de novos centros, e de outro, as alterações funcionais ou refuncionalização dos pequenos centros existentes. (CORRÊA, 1999:47)

A refuncionalização dos pequenos centros está intimamente ligada à influência destes com seu entorno, geralmente, o campo. SANTOS, (1979b), escolheu o termo “cidades locais” por diversos motivos; segundo o mesmo, quando se fala em cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente, portanto, aceitar um número mínimo, como fizeram diversos países para caracterizar diferentes tipos de cidade no mundo inteiro, é criar uma generalização perigosa.

SANTOS, W. (1989), comenta que existem conceituações sobre o tamanho da cidade local, de modo que seu patamar urbano gire em torno de 20.000 habitantes. Entretanto, conclui que isso não possui muito valor, visto que um marco numérico é sempre artificial; a importância de sua função regional qualificaria melhor a cidade, de pequena, média ou grande.

A pequena cidade que SANTOS, (1979b) prefere chamar de cidade local, distingue-se pela sua influência estritamente local, de uma cidade média. Apesar de possuir um nível urbano elementar, é fundamental para seu entorno imediato, ou seja, as vilas e a zona rural. Isso através das solicitações da produção, circulação, distribuição e consumo, que, na medida do possível, tem que ser satisfeito localmente. De acordo com o mesmo, numa escala urbana populacional, a cidade local representa o nível inferior; visto que suas atividades estão a serviço da população local e da zona de influência.

O desenvolvimento da atividade agrícola apresenta-se neste período contemporâneo, cada vez mais servido pela ciência e técnica, verifica-se cada vez mais, uma interdependência funcional entre campo e cidade; essas últimas, vão equipar-se afim de abastecer o campo, com técnica e novas informações, através dos fluxos dispersos pelas

idades mais equipadas, levando assim, as cidades locais a mudarem seu conteúdo.

SANTOS, (1993:51) reforça a afirmação acima sobre as cidades locais nos dizendo que

“Antes eram as cidades dos notáveis; hoje se transformam em cidades econômicas. As cidades dos notáveis onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz (...) cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.”

A modernização agrícola supõe um aparelho comercial, administrativo e bancário de que as cidades, mesmo as mais pequenas necessitam de se equipar. Esse fato vem ocorrendo frente à dispersão de fluxos (capitais, informação, mensagens, ordens) de cidades médias e grandes bem equipadas, para as cidades locais e para o campo.

Entretanto, não é necessário uma hierarquia urbana de tamanho populacional e funcional para que relações comerciais, administrativas, serviços, informação, entre outros, cheguem ao ponto mais alto ou mais baixo da antiga “pirâmide-urbana”. Atualmente, as trocas ocorrem sem necessariamente seguir um nível hierárquico, como é o caso de relações cidades

locais e metrópoles, ou cidades médias (intermediárias) e campo; global ou local.

Através dos investimentos que as cidades vem recebendo, principalmente, as do interior do país, verifica-se uma mudança na psicosfera (crença, ações, desejos) e tecnoesfera (artificialização do meio natural), no espaço. A sociedade vai criando novos consumos e novas exigências, principalmente frente ao Estado, em matéria de serviços públicos.

É nesse contexto que a cidade local destaca-se, pois passa a representar estoques de meios de consumo, estoques de sementes e implementos direcionados ao campo, estoques de capital de giro, estoques de mão-de-obra em diversos níveis, centros de transporte; na verdade estas cidades locais “(..) beneficiam-se das tendências à dispersão, essencialmente comandada pela difusão generalizada da informação e do consumo.” (SANTOS, 1979a:74)

A modernização do campo, frente às incorporação de novas técnicas, ciência e informação, cria uma nova divisão do trabalho agrícola, através da necessidade de especialistas do campo e também dos trabalhadores estacionais (bóia-frias), urbanos, pela sua residência. Mais um fator que intensifica a interdependência entre o campo e a cidade; de modo que essa última,

torna-se o “locus” de regulação do que se faz no campo (SANTOS 1993).

É a cidade que assegura a cooperação imposta pela atividade agrícola, no que se refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo (agro-industrial); é ela que responde à sua demanda e lhe dá respostas cada vez mais imediatas, fazendo com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo. (SANTOS, 1979b)

As cidades locais desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, verifica-se que, como afirma SANTOS, (1979a:74), que estas zonas “permitem um consumo mais próximo daquele do resto da população do país, provocando, como feedback, a expansão da economia.”

Por ser a cidade local, representativa das formas de dispersão, ela recebe constantemente fluxos através de informações e modelos de consumo, pelos meios modernos de transporte e modernização da economia das cidades médias e metrópoles. São esses canais que levam à modernização das atividades primárias, secundárias e terciárias tanto no campo quanto na cidade.

Como os níveis hierárquicos das aglomerações deixam de ter um significado maior, à proporção que cada cidade passa à ter uma

relação direta com a demanda de sua região e à proporção que cada região se especializa (especialização da demanda ligado ao consumo produtivo, conforme SANTOS, 1993); verifica-se que as pequenas aglomerações, de tamanho populacional e funcionalidades menores que a cidade local, ficam numa posição pouco definidas.

Nesse sentido, utilizaremos a denominação generalizada de “pequenos centros” utilizada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada, para as pequenas cidades que não se classificarem especificamente, como cidades locais. De acordo com esse Instituto, os pequenos centros se subdividem em três grupos por tamanho populacional; constituindo-se o primeiro grupo em cidades de até 10.000 habitantes, o segundo, em cidades de 10.000 a 20.000 habitantes e o terceiro, de 20.000 a 50.000 habitantes.

As duas primeiras subdivisões serão utilizados neste trabalho, visto que a realidade da região em análise, apresenta muitos aspectos diferentes em relação a outras do mesmo estado; caracterizando-se como uma região produtiva e com alta taxa de urbanização. Sendo assim, encontramos cidades de vários tamanhos populacionais que se destacam entre as demais, por apresentarem uma funcionalidade mais completa; assim, aquelas

que não se inserirem nessa rede urbana como “cidade Local”, será considerado apenas como uma pequena cidade.

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: precedentes históricos da modernização agrícola

As transformações ocorridas nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba frente ao período tecnológico, não podem ser analisados sem levar em consideração os investimentos que a área rural desta mesorregião recebeu na década de 70, e que geraram uma moderna rede agrícola capaz de influenciar diretamente as suas pequenas cidades.

É a partir dessa década de 70 que se registra elevados índices de modernização na região Sudeste, realizados através de investimentos pelo governo federal, cuja política teve como suporte a ocupação e o aproveitamento de áreas do cerrado que ainda não estavam integradas ao processo produtivo, beneficiando diretamente a área do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Programa como o PRRC (Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais) no início dos anos 70, juntamente a uma política estadual de investimentos, favoreceram a entrada de novos programas bem como novas culturas, além de gerar uma capitalização da região; isso ocorreu através de fixos que foram implantados,

beneficiando todo o estado de Minas Gerais, como transporte, sistema de seleção, armazenamento, crédito para investimentos, custeio, comercialização e assistência técnica.

Outros programas que se destacaram, foram o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados) elaborado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o PADAP (Programa de assentamento dirigido do Alto Paranaíba), no ano de 1973, caracterizado como projeto de colonização dirigida; estes, contribuíram no desenvolvimento dos cerrados mineiros, onde o setor industrial foi o grande beneficiado.

De acordo com PESSOA, (1988), a participação do governo no desenvolvimento da agricultura na área que abrange o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, entre outras, justificase por sua inserção no POLOCENTRO em 1975, que teve como objetivos incentivar e apoiar a ocupação racional das áreas do cerrado na região do Centro-Oeste brasileiro; posteriormente, esse deu lugar ao PRODECER (Programa de desenvolvimento dos cerrados) em 1979, através do acordo Brasil-Japão, cujo objetivo era produzir cereais para o mercado mundial, incorporando técnicas e equipamentos modernos próprios do recente período da Revolução Verde.

O PRODECER, definido como projeto Piloto, ocorreu em sua primeira fase no período de 1979 a 1983, e foi implantado nas cidades de Coromandel, Iraí de Minas, e Paracatu, e de certo modo, incorporou efetivamente o cerrado, principalmente nas áreas do Triângulo Mineiro e alto Paranaíba, ao moderno processo produtivo através do emprego de tecnologia moderna.

Fatores como o crédito rural financiado pelo PRODECER, justifica a expansão do capital no campo, visto que esse vai atuar no custeio/investimentos e comercialização da produção, através do requerimento de equipamentos e insumos modernos tais como tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos, gerando dessa forma maior produtividade. Paralelo à agricultura, a pecuária também apresenta sinais de desenvolvimento, se beneficiando do surto da modernização, adotando técnicas modernas como confinamento do gado, inseminação artificial, aprimoramento genético do rebanho, entre outros.

Dessa forma, em decorrência da maior produtividade de grãos (café, soja, milho, sorgo, ervilha, feijão entre outros) na agricultura, na mesorregião em estudo, houve o aumento da disponibilidade de matéria-prima possibilitando a vinda de grandes empresas tais

como a Cargill Agrícola, CICA, Swift Armour, Sadia, Perdigão, que auxiliaram na consolidação de um complexo agroindustrial regional processador de grãos e carnes.

Assim, as transformações que o campo vem se submetendo, no período técnico científico informacional, se reproduzem no sistema urbano ligado a ele, como podemos constatar nas pequenas aglomerações do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. As aglomerações de até 20.000 habitantes, vêm paulatinamente perdendo características originais de “cidade no campo”, passando a ser uma “cidade do campo”, incorporando um novo conteúdo técnico, especializado, a fim de atenderem o campo em suas exigências básicas.

As pequenas cidades passam, então, após a década de 70, a se equiparem, e especializarem em função do campo modernizado. Elas deixam de ser a cidade dos notáveis para ser a cidade econômica, onde quem efetivamente atua são os veterinários, os agrônomos, especialistas em adubos, o responsável pelo escritório de leilões e vendas de gado, o bancário, fatores que presenciamos na rede urbana da mesorregião em estudo.

Logicamente os reflexos da implantação de novas tecnologias, variam de uma cidade para outra, assim como no campo, havendo muitos

pontos de resistência; porém, esse problema pode estar no próprio conteúdo social, que não manifesta interesse em se adequar às novas exigências do período-técnico-científico-informacional, através de novos usos, consumos, especializações profissionais, reivindicações para serviços públicos, entre outros.

Diante desse contexto, nos deparamos com uma rede urbana bastante heterogênea na região do Triângulo/Alto Paranaíba, ou seja, coexistem pequenos centros de 2.000 habitantes (ou menos) paralelo a outros de tamanhos e conceituações diversas, tais como Uberlândia, com 438 mil habitantes. Para o caso dessa mesorregião, quase todos estão primordialmente direcionados para o campo, atendendo através da agroindústria, comércio especializados, rede de armazéns e silos, laticínios, frigoríficos, rede bancária, e mesmo servindo em infra-estrutura básica, cada centro de acordo com sua realidade.

Nessa perspectiva, entendendo o setor agrícola da mesorregião em estudo, como o precursor de uma modernização capaz de desenvolver de forma elementar, a rede urbana. Nesse sentido, buscaremos compreender como a região caracteriza-se conceitualmente através da análise de dados referentes a cada cidade escolhida para estudo.

Caracterização das cidades de 2.000 a 20.000 habitantes na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba destaca-se no estado de Minas Gerais por sua importância econômica, tendo em vista a existência de um complexo agroindustrial processador de grãos e carnes e pela modernização da pecuária extensiva existente, pela concentração de empresas distribuidoras de bens de consumo, que coloca a região como um polo de comércio atacadista. Deve ser ressaltado também a densidade populacional expressiva, concentrando-se nas cidades, uma média de 86,8%, ao passo que na zona rural habitam apenas 13,2% da população total (Fundação João Pinheiro, 1996). Na **tabela 1** podemos visualizar os pequenos centros analisados bem como constatar as taxas de urbanização predominante nos mesmos.

Nesse contexto cria-se, nesta mesorregião, uma rede urbana interligada ao campo, em que as cidades atendem as suas necessidades específicas. Nesse sentido, temos inter-relações locais e regionais em que as pequenas cidades, a partir do momento que não conseguem suprir as necessidades de sua população, estas são atendidas, na própria região por meio das cidades médias presentes nesse espaço.

Partindo do contexto em que se insere a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nos deparamos com uma rede urbana integrada, capaz de se auto-sustentar, por meio de suas atividades locais e regionais. No entanto, devemos ressaltar a hegemonia de alguns centros urbanos na integração dessa rede, pois segundo dados censitários, ocorreu um esvaziamento dos pequenos centros nas últimas décadas, conforme podemos verificar na **Tabela 2**.

Ainda que a região se caracterize por um expressivo desenvolvimento no âmbito do estado, nos deparamos com municípios que possuem realidades distintas e complexas. Nesse sentido, ao tentar analisar sua rede urbana encontramos um número expressivo de pequenas cidades com população entre 2.000 a 20.000 habitantes, destacando-se nela, as cidades locais.

Para o desenvolvimento desse estudo, foi necessário buscar diversas informações, de acordo com a realidade do local, e dentre essas, criar critérios de seleção para as mesmas.

Os dados analisados de cada município apontam de modo geral para a presença de um “aparelho comercial, administrativo e bancário”, como afirma SANTOS (1979), ao caracterizar as cidades locais.

Nesse sentido, com base em preceitos teóricos, e informações coletadas em diversas instituições, utilizamos os seguintes indicadores para selecionarmos as aglomerações que podemos denominá-las “cidades locais”:

1. População urbana acima de 10.000 habitantes, em 1996;
2. Taxa de urbanização do município, superior a 60 %;
3. Rede de distribuição de energia elétrica, rede de distribuição de água e rede coletora de esgoto;
4. Consumo de energia elétrica total acima de 10.000.000 KWh, em 1999;
5. Equipamentos públicos sociais: escolas de ensino médio, hospitais e ambulatórios e leitos hospitalares;
6. Serviços na área econômica, ou seja, existência de uma ou mais agências bancárias, agências de correios e telégrafos e sistema de telecomunicações: telefones, rádios e jornais; transmissoras de televisão e presença de aeroporto;
7. Serviços de armazenagem de grãos e carnes;
8. Arrecadação municipal, mensal, de ICMS (com base na análise das atividades econômicas desenvolvidas no local), referente ao mês 06/2000;
9. PIB total e PIB/percapita, arrecadado em 1996;

Como cada município apresenta uma realidade diferente, fez-se necessário considerar cada caso individualmente, tendo em vista que o conceito de “cidades locais”, abre novas possibilidades para discussões teóricas sobre o tema, e também a realidade da rede urbana/regional está sofrendo contínuas transformações, advindas do período técnico-científico-informacional. Foi ainda necessário considerar casos que apresentaram carências em alguns setores, tais como a ausência de algum equipamento urbano ou serviço considerado como básico, ou mesmo as taxas de urbanização, estava abaixo da média brasileira.

Após analisar cada caso, considerando-se o momento atual, pontuamos dentre as pequenas aglomerações, as cidades que apresentavam uma funcionalidade local para o centro urbano e para seu entorno, capaz de atender as necessidades básicas, “reais ou criadas”. A seleção das atividades e equipamentos podem ser visualizadas no quadro 1, onde destacamos as cidades locais selecionadas.

Dentre as 44 aglomerações analisadas, 13 delas foram consideradas como cidade local, são elas: Campina Verde, Campos Altos, Capinópolis, Centralina, Conceição das Alagoas, Coromandel, Ibiá, Monte Alegre de Minas,

Prata, São Gotardo, Sacramento, Santa Vitória, e Tupaciguara; que se adequaram aos critérios estabelecidos; podendo ser visualizadas na **Figura 1**.

Por se tratar de rede urbana complexa, como já foi apresentado, há casos estudados que merecem ser destacados, como os exemplos de Centralina, onde o tamanho populacional torna-se passa a ser um critério flexível, visto que a cidade possui vários outros fatores que lhe dão uma certa “autonomia” junto ao seu local.

Em outras situações, as cidades de Lagoa Formosa, Itapagipe, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Canápolis e Nova Ponte, não se enquadram por apresentarem carências em alguns indicadores, ainda que possua uma influência local.

É necessário observar ainda que a média de urbanização considerada para as cidades locais, está abaixo da média do Estado de Minas Gerais, 77,4% (dados da Secretaria da Fazenda, 1999), bem como da própria região de estudo, que se caracteriza como a segunda mais urbanizada do Estado, com 86,84%. No entanto, é preciso salientar que esta região pode ser considerada no seu todo como uma “região agrícola”, conforme salienta SANTOS (1993), e sendo assim, muitos trabalhadores ainda vivem no campo.

TABELA 1

Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: população e taxas de Urbanização das cidades que possuem entre 2.000 e 20.000 habitantes, 1996.

CIDADES	1996		Taxa de Urbanização (%)	CIDADES	1996		Taxa de Urbanização (%)
	População urbana	População rural			População urbana	População rural	
Abadia dos Dourados	3.743	2.684	58,24	Lagoa Formosa	9.969	5.932	62,69
Campina Verde	13.292	5.583	70,42	Limeira do Oeste**	3.830	2.685	58,79
Campo Florido	2.820	1.829	60,66	Matutina	2.734	1.138	70,61
Campos Altos	10.677	1.064	90,94	Monte Alegre de Minas	12.717	5.664	69,19
Canápolis	7.870	2.645	74,85	Nova Ponte	6.257	1.961	76,14
Capinópolis	13.443	1.570	89,54	Pedrinópolis	3.704	1.502	71,15
Carneirinho**	5.314	3.941	57,42	Perdizes	4.676	5.844	44,45
Centralina	9.045	1.265	87,73	Pirajuba	2.264	662	77,38
Conceição das Alagoas	12.977	2.172	85,66	Planura	7.554	542	93,31
Conquista	4.998	1.708	74,53	Prata	14.566	6.235	70,03
Coromandel	18.093	8.034	69,25	Presidente Olegário	9.542	7.582	55,72
Cruzeiro da Fortaleza	2.774	471	85,49	Rio Paranaíba	5.448	5.315	50,62
Delta*	4.074	946	-	Romaria	2.497	944	72,57
Estrela do Sul	3.818	3.229	54,18	Sacramento	14.668	6.113	70,58
Fronteira**	6.408	1.966	76,52	Santa Juliana	7.902	2.397	76,73
Guimarânia	4.263	1.478	74,26	Santa Vitória	13.219	3.701	78,13
Gurinhata	2.770	4.376	38,76	São Francisco de Sales	3.453	1.716	66,80
Ibiá	16.341	3.420	82,69	São Gotardo	19.440	3.007	86,60
Indianópolis	2.855	2.671	51,66	Serra do Salitre	6.151	3.930	61,02
Ipiaçu	3.453	531	86,67	Tiros	5.902	4.429	57,13
Iraí de Minas	2.691	2.110	56,05	Tupaciguara	17.378	4.025	81,19
Itapagipe	6.153	5.144	54,47	União de Minas**	2.111	2.211	-

*Município emancipado em 1997.

**Município emancipado entre 1991-1996.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico, 1991. Contagem Populacional, 1996. site: www.cidades.mg.gov.br, 2000. Adaptação: OLIVEIRA. B.S.

TABELA 2

Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: população total e taxas de crescimento dos municípios, 1991-1996

MUNICÍPIOS	População total		Taxa de Crescimento		MUNICÍPIOS	População total		Taxa de Crescimento	
	1991	1996	1980/ 1991	1991/ 1996		1991	1996	1980/ 1991	1991/ 1996
Abadia dos Dourados	6494	6427	-19,7	-1,0	Lagoa Formosa	15951	15901	-13,9	-0,3
Campina Verde	20057	18875	-7,5	-5,9	Limeira do Oeste**	-	6515	-	-
Campo Florido	4508	4649	-12,1	3,1	Matutina	3759	3872	-12,6	3,0
Campos Altos	111005	11741	4,6	5,7	Monte Alegre de Minas	17839	18038	16,1	1,1
Canápolis	15912	10515	122,8	-33,9	Nova Ponte	10158	8218	89,1	-19,1
Capinópolis	15061	15013	13,4	-0,3	Pedrinópolis	4387	5206	19,3	18,7
Carneirinho**	-	9255	-	-	Perdizes	10730	10520	14,1	-2,0
Centralina	13811	10310	21,4	-25,3	Pirajuba	3110	2926	3,5	-5,9
Conceição das Alagoas	14041	15149	2,9	7,9	Planura	7307	8096	-11,3	10,8
Conquista	7046	6706	-4,7	-4,8	Prata	24631	20801	23,9	-15,5
Coromandel	24929	26127	13,0	4,8	Presidente Olegário	23258	17124	-5,1	-26,4
Cruzeiro da Fortaleza	3072	3245	12,8	5,6	Rio Paranaíba	9463	10763	-12,5	13,7
Delta*	-	-	-	-	Romaria	3392	3441	16,3	1,4
Estrela do Sul	7217	7047	-4,6	-2,4	Sacramento	20338	20781	5,6	2,2
Fronteira**	7894	8374	10,5	6,1	Santa Juliana	7828	10299	27,6	31,6
Guimarânia	5738	5741	4,0	0,1	Santa Vitória	16580	16920	-17,8	2,1
Gurinhata	7643	7146	-17,4	-6,5	São Francisco de Sales	4937	5169	8,5	4,7
Ibiá	18305	19761	10,9	8,0	São Gotardo	19699	22447	12,0	13,9
Indianópolis	4865	5526	30,3	13,6	Serra do Salitre	7969	10081	23,6	26,5
Ipiáçu	4122	3984	-6,4	-3,3	Tiros	8643	10331	-13,7	19,5
Iraí de Minas	4475	4801	26,9	7,3	Tupaciguara	26561	21403	3,4	-19,4
Itapagipe	11205	11297	-4,7	0,8	União de Minas**	-	4322	-	-

*Município emancipado em 1997.

**Município emancipado entre 1991-1996.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico, 1991. Contagem Populacional, 1996. site: www.cidades.mg.gov.br, 2000. Adaptação: OLIVEIRA. B.S.

Quadro 1

Cidades Locais de até 20.000 habitantes presentes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: atividades e Equipamentos, 2000.

CIDADES	Atividades e Equipamentos							
	Infra-estrutura	Energia Elétrica (/KWh) 1999	Equipamentos públicos (ensino médio/ leitos hospitalares)	Serviços econômico/ Telecomunicações	Serviços de armazenagem e transporte	Arrecadação ICMS (total) mês 06/2000	PIB / total 1996 (R\$)	PIB / percapita 1996 (R\$)
Campina Verde	Água/ esgoto/ energia	20.349.814	3 escolas /1 hosp./74 leitos	4 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone	Aeroporto (pista de terra)	208.143,00	76.319.106,55	4.043,40
Campos Altos	Água/ esgoto/ energia	10.632.557	1 escola / 1 hosp./ 35 leitos	2 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/1 emissora de rádio	1 armazém convencional	24.621,00	41.001.967,07	3.492,20
Capinópolis	Água/ esgoto/ energia	23.350.937	1 escola / 1 hosp. / 61 leitos	3 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/ 1 emissora de rádio/ 1 jornal	17 armazéns - mistos	122.688,00	44.632.573,17	2.972,93
Centralina	Água/ esgoto/ energia	14.616.634	1 escola / 1 hosp. / 21 leitos	3 ag. bancárias/ correios e telégrafos / telefone/	5 armazéns – mistos	375.104,00	30.013.409,01	2.911,10
Conceição das Alagoas	Água/ esgoto/ energia	23.990.835	1 escola / 1 hosp. / 27 leitos	3 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/1jornal	9 armazéns - mistos	153.901,00	62.203.632,52	4.106,12
Coromandel	Água/ esgoto/ energia	32.737.212	2 escolas / 2 hosp. / 68 leitos	4 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/ 3 emissoras de rádio / 4 jornais	14 armazéns - mistos	123.743,00	83.008.306,89	3.177,11
Ibiá	Água/ esgoto/ energia	32.927.783	3 escolas / 1 hosp. / 40 leitos	4 ag. bancárias/ correios e telégrafos/ telefone/ 1 emissora de rádio	5 armazéns - mistos	993.104,00	58.562.004,14	2.963,51
Monte Alegre de Minas	Água/ esgoto/ energia	23.716.447	1 escola / 1 hosp. / 23 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos/ telefone/ 1 emissora de rádio / 1 jornal	1 armazém convencional	113.178,00	82.530.097,34	4.489,97
Prata	Água/ esgoto/ energia	13.355.391	2 escolas / 1 hosp. / 37 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos / telefone / 2 jornais	1 armazém convenc. / Aeroporto (pista de terra)	334.371,00	80.458.530,81	3.868,01
São Gotardo	Água/ esgoto/ energia	33.344.534	2 escolas/ 2 hosp. / 66 leitos	5 ag. bancárias / correios e telégrafos/telefone	9 armazéns - mistos	98.255,00	44.435.403,02	1.979,57
Sacramento	Água/ esgoto/ energia	29.933.303	1 escola / 1 hosp. / 60 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos /telefone/2emissoras de rádio/ 2 jornais	8 armazéns mistos / 2 aeroportos (pista de asfalto e pista de terra)	547.109,00	70.926.592,30	3.413,05
Santa Vitória	Água/ esgoto/ energia	20.593.749	2 escolas / 2 hosp. / 65 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos/ telefone/ 1 emissora de rádio	2 armazéns – mistos	174.803,00	54.656.803,75	3.230,31
Tupaciguara	Água/ esgoto/ energia	30.263.836	3 escolas / 2 hosp. / 67 leitos	4 ag. bancárias / correios e telégrafos / telefone / 3 emissoras de rádio / 1 jornal	7 armazéns mistos / aeroporto (pista de cascalho)	117.272,00	64.671.557,84	3.021,61

Fonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais (www.almg.gov.br); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE www.ibge.gov.br; Projeto Cidades – Minas Gerais (www.cidades.mg.gov.br), 2000. (Fundamentada nas teorias de SANTOS, M. e do IPEA). Org.: OLIVEIRA, B. S. e SOARES, B.R.

Apesar de visualizarmos uma concentração urbana nessa região, no passado ocorreu uma intensa migração campo/cidade e cidade/cidade, em decorrência da modernização agrícola, pós anos 70, ainda assim, nos deparamos com um número expressivo de municípios que apresentam taxa de urbanização menores que 60%, atingindo uma média de 20% do total analisado; isso ocorreu em função da especialização econômica da região na agroindústria e pecuária leiteira, instalada nos anos 80. No entanto devemos ressaltar que essa população abastece/consome a cidade, contribuindo na interligação entre o rural e o urbano.

Considerando-se a rapidez com que o meio técnico vem se inserindo nas relações sociais e econômicas, no dia-a-dia do homem do campo, certamente, surgirá uma reconfiguração para aglomerações que ainda não se caracterizam por uma funcionalidade maior. É o caso das demais cidades pequenas existentes nessa região, que não foram classificadas por este estudo como “cidades locais”.

Essas pequenas cidades, como são denominadas por CORREA, (1999) e pelo IPEA, (2000), podem ter uma população de até 50.000 habitantes; entretanto, nenhuma será considerada local se não consegue atender as

necessidades de sua população e do entorno rural, além de responder às mudanças quantitativas e qualitativas que o meio técnico-científico-informacional, vem impondo à nossa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período técnico-científico-informacional, presente nos países periféricos, principalmente no pós-70, assistimos às transformações nos seus territórios, mediante mudanças de comportamentos e de criação de novas necessidades sociais, que impõem a adoção de um comportamento urbano “generalizado“, incluindo-se novos padrões de consumos.

A expansão desse período tecnológico, vem ocorrendo com o aumento dos “fixos” artificiais no território e a rapidez da implantação de “fluxos” por entre as rede urbanas. Assiste-se assim, um novo processo de inter-relação entre cidade-cidade e cidade-campo. Nesse sentido, surge uma nova forma para caracterização da rede urbana, ou seja, a tradicional hierarquia populacional e funcional perde importância no mundo globalizado em que espaços locais e globais se interagem contínua.

Cresce a relação da pequena cidade com o campo, visto que esta vai atender as exigências do campo modernizado, da mão-de-obra, da

técnica e informação, da ciência, enfim, toda uma bem como uma psicosfera.

Nesse sentido, a cidade pequena deixa de ser a cidade no campo, para ser a cidade do campo, pois a mesma vai se equipando, ainda que seja com os equipamentos e serviços básicos, afim de atender o campo modernizado que na maioria dos casos, é o carro-chefe da economia local, principalmente na região em estudo.

Dentre essas pequenas cidades, existem algumas que não conseguem “pagar o preço do novo”, e por isso ficam estagnadas no tempo e no espaço. Entretanto, sabendo que a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é muito dinâmica, frente à intensidade de investimentos na agroindústria no setor leiteiro, representados no ICMS de cada município, verificamos que a organização de seu sistema urbano vem tendo um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento da região como um todo.

É nessa interdependência entre campo/cidade que algumas pequenas cidades destacam-se mais que outras; verifica-se assim, uma especialização dessas para atender o campo e suas atividades, e nesse contexto, essas aglomerações passam a ter uma especialização e mesmo, um novo significado na rede urbana regional dentre estas, estão as denominadas cidades locais.

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, por caracterizar-se como uma região agrícola, frente aos intensos investimentos governamentais para a modernização do cerrado, vem se equipando desde a década de 70, com novos usos, equipamentos e técnicas que vem modernizando o campo; sendo assim, as pequenas cidades dessa região, em sua maioria, também vem tentando inserir-se nesse novo período, na a fim de atender às novas necessidades, reais e criadas de sua população.

Faz-se necessário esclarecer que o conceito de cidade local varia de lugar para lugar, visto que vivemos num país muito heterogêneo, onde existem diversas economias e onde há regiões estagnadas, paralelas a outras muito dinâmicas.

O estado de Minas Gerais apresenta tais características, ou seja, áreas muito modernizadas e outras ainda pouco incrementadas sob o ponto de vista econômico/político e social. Sendo assim, consideramos, particularmente a realidade da região em estudo para adotarmos os critérios de seleção às cidades pequenas que são mais completas e que conseguem satisfazer as necessidades de seu entorno.

São essas pequenas cidades que se destacam dentre as demais, caracterizadas em nosso estudo entre 10.000 e 20.000 habitantes na rede

urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sem desconsiderar as demais que também estão no limiar, que vem “tecendo” uma rede urbana interligada ao campo, onde um completa o outro, através da produção, circulação e distribuição e consumo de bens, serviços e idéias, satisfeitos localmente.

Cidades como Centralina e Tupaciguara, que estão no limiar, caracterizam-se como cidades homogêneas em funcionalidades, ainda que possuam diferenças com relação ao número de equipamentos e bens, porém, ambas podem ser consideradas como cidades locais.

Diante desse quadro, observamos um leque de possibilidades para a compreensão da temática, e por isso mesmo, novos estudos e pesquisas devem ser desenvolvidos acerca da realidade regional e nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*. Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999.

ELIAS, D. Expansão do Meio técnico-científico-informacional. In: CARLOS, A. F. A (org.). *Ensaio de Geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 210-219.

JORNAL DO BRASIL. Interior de Minas. Rio de Janeiro, J.B. S.A., 42 p. 12 out. 1997. (Revista anexa ao Jornal do Brasil).

MOTA, D. M. da. et. al. A dimensão Urbana do desenvolvimento Econômico-Espacial brasileiro. Brasília: IPEA, dez. 1997.

NOGUEIRA, R. Novas espacialidades e o meio técnico científico informacional. In: CARLOS, A. F. A. (org) *Ensaio de Geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 206-209.

PESSÔA, V.S.S. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG. Rio Claro: IGCE-UNESP, 1988. 201p. (Tese de doutorado).

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985: 88p.

SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 1979a, 152p.

SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 214p.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países

subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco
Alves, 1979b. 345p.

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo -
Globalização e meio técnico-científico
informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
190p.

SANTOS, W. dos. Cidades locais, Contexto
Regional e Urbanização no Período Técnico
Científico – O exemplo da região de Campinas
– SP. São Paulo: USP, 1989. (Tese de
Doutorado).

TRINDADE JR., S. C. da. Estrutura, Processo,
Função e Forma: A aplicabilidade à análise do
espaço intra-urbano. In: SANTOS, M. Ensaio
de Geografia contemporânea. org. Carlos,
A.F.A. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 133-140.

VERDI, A. R. O processo de urbanização
brasileira ante as novas possibilidades do
Período técnico-científico. In: CARLOS, A. F.
A. (org.) Ensaio de Geografia contemporânea.
São Paulo: Hucitec, 1996. p. 123-132.

Sites pesquisados

- www.agridata.mg.gov.br
- www.regionais.mg.gov.br
- www.geominas.mg.gov.br
- www.etriangulo.cjb.net
- www.deeco.ufu.br
- www.ada.com.br/acarpa/
- www.inop.com.br/minas.htm
- www.terranossa.com.br
- www.indi.mg.gov.br
- www.mg.gov.br/cims/thi.html
- www.sebraenet.com.br
- www.fieng.com.br
- www.ibge.gov.br
- www.amvapmg.org.br
- www.ammunicipios.org.br
- www.cidades.mg.gov.br
- www.netminas.gov.br
- www.almg.gov.br
- www.webminas.com.br